

Em seu livro sobre Helena P. Blavatsky, Sylvia Cranston reproduz o testemunho da condessa de Wachtmeister, que colaborou diretamente com HPB enquanto ela redigia “A Doutrina Secreta”.

Diz a condessa:

“Certo dia (...), ao entrar no quarto em que HPB escrevia, encontrei o chão coberto de folhas manuscritas descartadas. Perguntei a ela o significado daquela confusão, e ela replicou: ‘*Sim, eu tentei escrever corretamente esta página doze vezes, e, a cada vez, o Mestre diz que está errada. Penso que vou enlouquecer escrevendo isso tantas vezes, mas deixe-me só; não quero parar até que a tenha feito corretamente, mesmo que tenha que trabalhar a noite toda.*’ Eu trouxe uma xícara de café para reanimá-la e apoiá-la, e depois deixei-a prosseguir na sua tarefa desgastante. Uma hora mais tarde ouvi sua voz me chamando, e, ao entrar, constatei que, para sua satisfação, finalmente, a passagem estava completa. Mas o trabalho havia sido terrível, e os resultados nessa época eram, muitas vezes, pequenos e incertos.” [2]

Não é só um Mestre dos Himalaias, porém, que pode solicitar a um discípulo avançado o esforço de re-escrever dez ou quinze vezes uma mesma passagem.

Também o *mestre interno* - a voz da consciência de cada estudante de teosofia autêntica, seja ele avançado ou inexperiente - exige com frequência revisões e correções incessantes em algo que ele escreve, ou nas suas ações diárias.

Para o aprendiz bem informado, “corrigir é viver”, e melhorar é preciso.

O aprendizado da teosofia implica identificar e superar erros constantemente. Não deve haver nenhum sentido de “martírio” nisso. Como diz o ditado popular, “é errando que se aprende”.

NOTAS:

[1] “The Letters of H. P. Blavatsky to A. P. Sinnett”, TUP, Pasadena, CA, EUA, 1973, 404 pp., veja Letter XXVII, p. 57.

[2] “Helena Blavatsky”, Sylvia Cranston, Ed. Teosófica, Brasília, 678 pp., 1997, ver p. 319.

000

Clique para ver a íntegra do artigo “[A Ioga do Trabalho Editorial](#)”.

000

No Brasil e em Portugal, o movimento teosófico começou com base na ação da Sociedade Teosófica de Adyar, que ainda hoje é em grande parte guiada por velhos rituais falsificados, com obediência cega e crenças ingênuas. Esta estrutura burocratizada contradiz a teosofia original de Helena Blavatsky e dos Mestres de Sabedoria. Só a partir de 2007 iniciou-se em língua portuguesa um projeto estável visando vivenciar sem distorções a filosofia original do movimento teosófico. Antes disso, a Sociedade de Adyar teve o mérito inegável de preparar o terreno. Ela publicou e popularizou em português boa parte da literatura teosófica original, embora sem saber da sua importância, e misturando-a com vários tipos de ilusões e fantasias. Apesar das suas limitações, o valor da Sociedade de Adyar é positivo, e não é por acaso que um número crescente dos seus membros vem despertando para a teosofia autêntica. Em 2016 foi fundada a Loja Independente. (Clique para ver a íntegra do artigo “[A Experiência do SerAtento](#)”.)

O Erro Fácil e a Difícil Ação Correta



O começo do caminho da desgraça e do desespero pode ser extremamente agradável.

Assim ocorre com o prazer irresponsável, o fingimento, a satisfação imediatista, o descompromisso com a ética.

Embora o início seja agradável, ele é curto, e os efeitos a colher, além de tristes, são longos e duráveis. Por isso, cautela e discernimento são úteis diante de coisas supostamente agradáveis.

O começo do caminho da sabedoria e da felicidade pode ser muito difícil, e frequentemente o é.

Assim ocorre com a necessidade de autodisciplina no mundo dos pensamentos, de auto-observação, moderação, de aprendizagem com os fracassos e compromisso com a ética e a sinceridade.

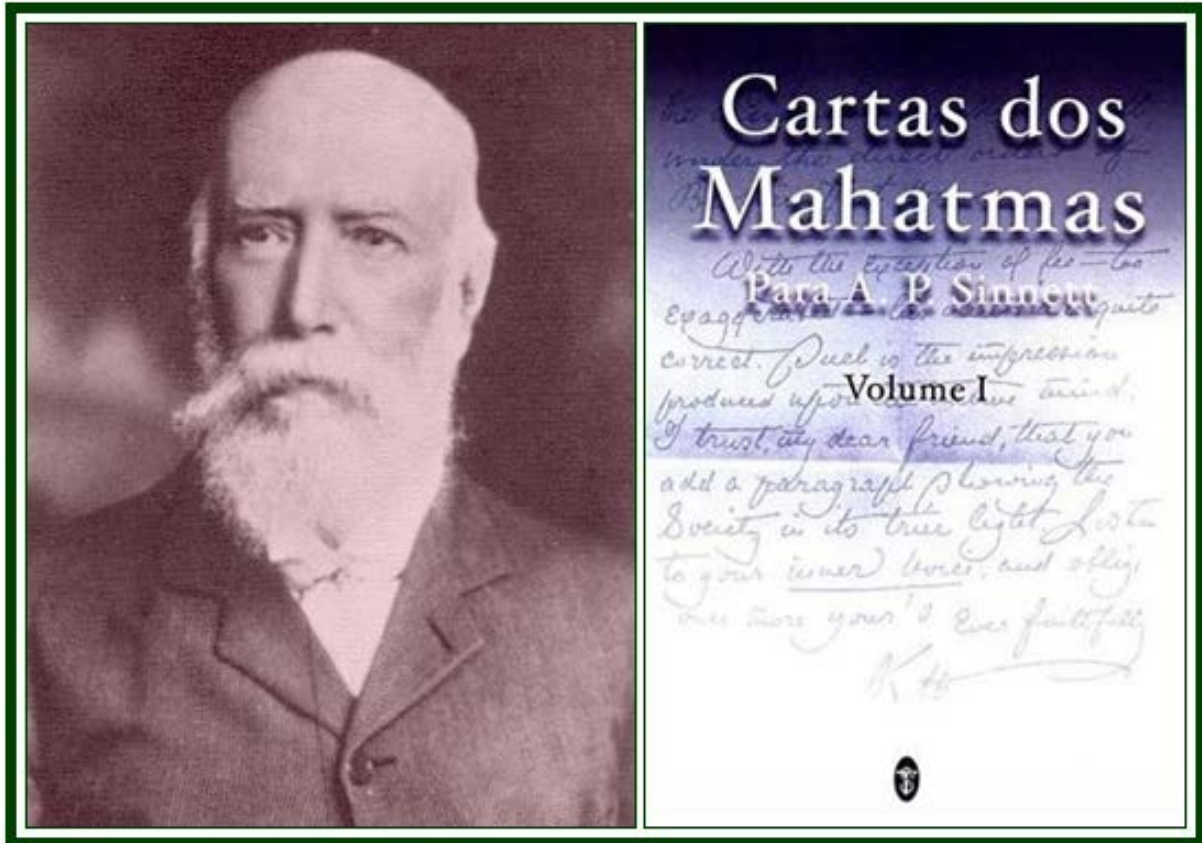
Embora o início da disciplina seja difícil, ele remove alguns dos principais obstáculos à aprendizagem. Por isso, ânimo e persistência são úteis diante de ações supostamente difíceis, quando sabemos que são corretas e terão bons frutos, cedo ou tarde.

000

Clique para ler o artigo [“O Mestre Diz Adeus a Besant”](#).

Ensinamentos de um Mahatma - 14

Uma Compilação das Cartas Do Mestre de Helena Blavatsky



Alfred P. Sinnett (esquerda) e a capa do volume um das “Cartas”

Nota Editorial:

No décimo quarto artigo da série que reúne cartas escritas pelo mestre de Helena Blavatsky, reproduzimos três textos curtos de “Cartas dos Mahatmas”.

(CCA)

Carta n° 24

Amável Sahib Sinnett - muitos agradecimentos e reverências pela máquina de tabaco [1]. O nosso *Pandit* [2] afrancesado e ocidentalizado me diz que esta coisa pequena e curta tem de

ser curada (seja o que for o que queira dizer com isso), de modo que assim o farei. O cachimbo é curto e meu nariz é comprido, de modo que vamos nos acertar muito bem juntos, espero. Obrigado - muito obrigado.

A situação é mais séria do que você pode imaginar, e necessitaremos das nossas melhores forças e mãos trabalhando para afastar a má sorte. Mas se o nosso Chohan quiser e você nos ajudar, sairemos da dificuldade de uma maneira ou de outra. Há nuvens em seu horizonte e K.H. tem razão - a tempestade ameaça. Basta que você consiga ir a Bombaim para o aniversário [3] e já terá feito a K.H. e a mim um grande favor, de efeito durável - mas quanto a isso você é quem sabe. Esta reunião será o triunfo ou a queda da Sociedade e - um redemoinho. Você também está errado em relação ao *Peling Sahib* [4] - ele é tão perigoso como amigo quanto como inimigo, muito, muito mau nas duas condições - eu o conheço como ninguém. De qualquer maneira, você Sahib Sinnett reconciliou-me com muitas coisas; você é verdadeiro e eu serei verdadeiro.

Atenciosamente,

M.

Carta nº 25

Sr. Sinnett - você receberá uma longa carta - do jovem brâmane [5] - que foi postada domingo em Bombaim. Koot-Hoomi foi vê-lo (pois ele é seu *chela*) antes de entrar em “*Tong-pa-ngi*” [6] - estado em que se encontra agora - e deixou com ele certas ordens. O jovem confundiu um pouco a mensagem, portanto tenha muito cuidado antes de mostrá-la ao sr. Hume, para que ele não entenda mal novamente a real intenção do meu Irmão. Eu *não* permitirei mais nenhuma incompreensão ou mau sentimento contra ele, mas me afastarei imediatamente.

Fazemos o melhor possível.

M.

Carta nº 28

Se está tão ansioso por descobrir o trecho específico onde apaguei uma frase e precipitei outra na noite passada no escritório dos Correios, posso satisfazer a sua curiosidade, caro Sinnett: “mas era do CONHECIMENTO do Chohan que nem você nem outra pessoa dava importância ao verdadeiro objetivo da Sociedade, nem tinha respeito algum pela FRATERNIDADE, mas tinha apenas um sentimento pessoal por alguns dos Irmãos. Assim você estava interessado apenas em K.H., como pessoa, e nos fenômenos; o sr. Hume queria obter os segredos da nossa filosofia para confirmar a si mesmo que os Mahatmas Tibetanos - os *Lhas* - caso existissem de fato fora da imaginação da Sra. B. - estavam relacionados, de algum modo, com *certos adeptos* que ele tinha em mente”.

Tudo isto é o que K.H. disse, o que tive de escrever e precipitar em vez do que estava escrito pelo jovem em uma fraseologia que teria suscitado no sr. Hume toda uma torrente de finas palavras com a palavra “*ignorância*” aplicada ao meu Irmão. Eu não deixaria nem que o vento

do deserto escutasse uma palavra dita em voz baixa contra aquele que agora dorme. Tal é a causa do *tamasha* [7] produzido por mim e não há outro motivo.

Atenciosamente,

M.

NOTAS:

[1] H.P.B. escreveu - segundo V. Hanson registra em *Reader's Guide to the Mahatma Letters*, p. 81 - que o Mahatma M. costumava fumar um cachimbo de água, ou narguilé. O narguilé, ainda hoje usado na Índia, é uma “máquina de fumar” que em alguns casos tem mais de um metro de altura e é alimentada com ervas e óleos aromáticos ou essências de frutas. O Mestre K.H. escreveu sobre a existência de uma escala de aromas semelhante à escala musical, em um texto que antecipava a ideia da moderna aromaterapia. No contexto desta Carta 24, Sinnett parece ter dado de presente ao Mahatma M. uma “máquina de fumar” ou cachimbo, o que não implica uso do fumo conhecido no Ocidente. (Nota da edição brasileira das Cartas dos Mahatmas)

[2] *Pandit*: erudito. (Nota da edição brasileira das Cartas dos Mahatmas)

[3] A comemoração do aniversário da Sociedade Teosófica seria em 12 de janeiro seguinte. O ano de 1882 foi o sétimo ano da existência da Sociedade e deve ter sido um período de teste. (Nota da edição cronológica em inglês das Cartas dos Mahatmas)

[4] Trata-se de Hume. *Peling* é uma palavra tibetana que significa “forasteiro”. (Nota da edição cronológica em inglês das Cartas dos Mahatmas) *Sahib* é uma palavra com que indianos e persas tratavam os europeus no século 19. (Nota da edição brasileira das Cartas dos Mahatmas)

[5] Damodar Mavalankar. (Nota da edição cronológica em inglês das Cartas dos Mahatmas)

[6] Palavra tibetana que significa *o vazio*. (Nota da terceira edição em inglês das Cartas dos Mahatmas)

[7] *Tamasha* - exibição de fenômeno. (Nota da edição brasileira das Cartas dos Mahatmas)

000

O material acima reproduz: 1) Carta nº 24; 2) Carta nº 25; e 3) Carta nº 28 de “**Cartas dos Mahatmas**”, Ed. Teosófica, Brasília, 2001, coordenação editorial de Carlos Cardoso Aveline, Volume I. A Carta 24 está nas pp. 146-148, a Carta 25 na p. 148 e a Carta 28 na p. 150. A edição em inglês de 1926 da obra está disponível em PDF [nos websites associados](#).

000

Clique para ver o artigo “[O Nascimento da Responsabilidade](#)”.

000

Os Capítulos Sete a Onze do “Tao Teh Ching”

Na Versão Que Lin Yutang Fez da Obra Chinesa



Capítulo 7: **VIVER PARA OS OUTROS**

O universo é eterno.

A razão pela qual o universo é eterno
É que ele não vive para si mesmo. [1]
Devido a este motivo ele pode durar.

Portanto o Sábio põe a si mesmo em último lugar,
E descobre que é colocado no lugar de maior destaque;
Considera seu corpo como algo passageiro,
E seu corpo é, por isso, preservado.
Não será porque não vive para si mesmo,
Que o seu Ser alcança a perfeição?

NOTA:

[1] Dá vida aos outros através das suas transformações. (Lin Yutang)

Capítulo 8: **A ÁGUA**

O melhor entre os homens é como água;
A água beneficia todas as coisas
E não compete com elas.
Ela se concentra nos lugares (baixos), que todos desprezam, -
E onde fica próxima ao Tao.

Em sua moradia, (o Sábio) gosta da terra (baixa);
Em seu coração, ele gosta do que é profundo;
Em suas relações com os outros, ele gosta de amabilidade;
Em suas palavras, gosta de sinceridade;
Em questões de governo, gosta de paz;
No âmbito dos negócios, ele gosta de habilidade;
Em suas ações, gosta de escolher o tempo certo.
É porque ele não briga
Que ninguém o critica.

Capítulo 9: **O PERIGO DA VAIDADE NO ÊXITO**

Puxe até o máximo a corda (do arco), [1]
E sentirá que teria sido melhor parar a tempo.
Afie (uma espada) ao máximo,
E o fio durará pouco.
Quando o ouro e o jade encherem o seu salão
Você não poderá mantê-los em segurança.
Ter orgulho da riqueza e do prestígio
É plantar as sementes da sua própria derrota.
Retire-se quando seu trabalho tiver sido feito,
Este é o caminho do Céu. [2]

NOTAS:

[1] Em toda a obra de Laotse, a ideia de *yíng*, “completo” ou “cheio até o máximo”, é associada a orgulho e condenada como o oposto de “vazio” ou “humildade”; porque o êxito contém as sementes da queda. (Lin Yutang)

[2] O capítulo inteiro está rimado. (Lin Yutang)

Capítulo 10: **ABRAÇAR A UNIDADE**

Ao abraçar o Um [1] com sua alma,
Você poderia em algum momento abandonar o Tao?
Ao controlar sua força vital para alcançar a gentileza,

Você poderia tornar-se como uma criança recém-nascida? [2]
 Ao limpar e purificar sua visão Mística,
 Você consegue esforçar-se em busca da perfeição?
 Ao ser amigo das pessoas e governar o reino,
 Você pode governar sem interferência?
 Ao abrir e fechar as Portas do Céu,
 Você pode fazer o papel da Fêmea? [3]
 Ao abarcar todo conhecimento,
 Você pode renunciar à mente? [4]

Fazer nascer, alimentar,
 Fazer nascer sem tomar posse,
 Agir sem apropriação,
 Ser chefe entre os homens sem manejá-los -
 Esta é a Virtude Mística.

NOTAS:

[1] Frase importante no taoismo. (Lin Yutang)

[2] O bebê como símbolo da inocência, uma imagem comum encontrada também em Chuangtse; às vezes é usada a imagem do “bezerro novo”. (Lin Yutang)

[3] O *Yin*, o receptivo o passivo, o quieto. (Lin Yutang)

[4] O capítulo inteiro está rimado. (Lin Yutang)

Capítulo 11: **A UTILIDADE DE NÃO-SER**

Trinta raios se unem em torno do centro;
 Do seu não-ser (perdendo sua individualidade)
 Surge a utilidade da roda.
 Molde o barro, fazendo um vaso;
 Do seu não-ser (no espaço vazio do vaso)
 Surge a utilidade do vaso.
 Abra as portas e janelas (nas paredes) de uma casa.
 Do seu não-ser (espaço vazio) surge a utilidade da casa.
 Portanto, tiramos proveito da existência das coisas,
 E somos beneficiados pela não-existência das coisas.

000

O texto acima constitui os capítulos sete a onze do “Tao Teh Ching”. É traduzido de “Laotse, the Book of Tao”, versão do chinês para o inglês de Lin Yutang, publicado no volume “The Wisdom of China and India”, edited by Lin Yutang, The Modern Library, Random House, New York, USA, 1955, 1104 pp., ver páginas 586-588. Tradução do inglês: Carlos Cardoso Aveline.

000

Etocracia, o Poder da Ética

O Governo Segundo a Moral: Prefácio e Capítulo Um da Obra Clássica do Iluminismo

Barão de Holbach



O barão de Holbach (1723-1789)

Nota Editorial de Julho 2018:

Traduzimos a seguir o prefácio e o capítulo primeiro do livro “Etocracia”. O subtítulo é “O Governo Baseado na Ética”, e seu autor é Paul-Henri Thiry, o barão de Holbach. [1]

A obra é uma das mais significativas do iluminismo francês do século 18. O valor dela é permanente. No entanto, a sua importância prática como visão filosófica das relações sociais e do carma coletivo ainda está por ser devidamente reconhecida, o que deverá ocorrer, espere-se, a seu devido tempo.

Em “Cartas dos Mahatmas” - no item 5 da Carta 93B - um Mestre de sabedoria oriental afirma:

“Estranhamente, descobri um escritor europeu - o maior materialista em sua época, o barão d’Holbach - cujos pontos de vista coincidem inteiramente com os da nossa filosofia. Ao ler o seu *Système de la Nature*, eu poderia ter imaginado que tinha o nosso livro de *Kiu-te* diante de mim.”

O secreto livro de *Kiu-te* reúne escrituras esotéricas orientais em que está baseada a obra de Helena Blavatsky “A Doutrina Secreta”.

Ao ler o Barão de Holbach no século 21, o leitor deve levar em conta o uso de alguns termos clássicos.

Onde o livro “Etocracia” se refere a *reis* e *soberanos*, deve-se ler “chefes de estado” ou “chefes de governo”. Onde o autor usa a palavra “súditos”, leia-se “cidadãos”. Um “príncipe” é um estadista.

Publicada anonimamente em 1776 e impressa em Amsterdam para evitar perseguição, a obra é dedicada ao infeliz rei Luís XVI, a quem Holbach se refere do seguinte modo:

“Rei de França e Navarra, monarca justo, humano, benéfico; amigo da verdade, da virtude, da simplicidade; inimigo da lisonja, do vício, do luxo, da tirania; restaurador da ordem e dos bons costumes; pai de seu povo; protetor dos pobres, cujo reinado é a esperança dos bons, o susto dos malvados, e o bálsamo dos verdadeiros cidadãos: [*a obra*] é devotada, dedicada, consagrada por um cidadão fiel, zeloso, respeitoso, que diz a verdade ao príncipe que deseje ouvi-la.”

Talvez haja ironia nestas palavras.

Luís XVI teve uma vida trágica. Nascido em 23 de agosto de 1754, foi Rei da França de 1774 até ser deposto em 1792, durante a Revolução Francesa. Condenado à morte, foi assassinado em Paris em 21 de janeiro de 1793.

O Barão de Holbach é um dos principais nomes do iluminismo. Nascido em 1723, morreu no primeiro semestre de 1789, sem ver a revolução francesa, começada em julho daquele ano, nem o banho de sangue que ela promoveu em nome dos direitos do cidadão.

Em nenhum dos seus escritos Holbach propõe a desordem. Em vez disso, combate as *causas* da violência. Se Holbach tivesse sido ouvido, dificilmente teria havido a longa série de revoluções sangrentas que ocorreu desde o século 18. O poder benéfico dos seus escritos está mais vivo que nunca.

Acrescentamos algumas notas explicativas.

(Carlos Cardoso Aveline)

Etocracia, o Poder da Ética

Barão de Holbach

Prefácio

O título colocado na abertura desta obra anuncia o seu objetivo. Ele é composto de duas palavras gregas: *Ethos*, ética, moral, e *Kratos* (*cracia*), força poder, império, governo.

Consideramos possível empregar a palavra assim formada para designar um ensaio, e um projeto de união entre a moral e a política, a ideia de uma legislação feita segundo a virtude que pode ser igualmente vantajosa para os soberanos, os súditos, as nações, as famílias, e cada um dos cidadãos. Temos um certo prazer ao pensar que este ensaio não propõe nada de quimérico ou que não possa ser facilmente realizado por todo legislador animado

sinceramente por um desejo de construir a felicidade do seu povo: este é o monarca benfeitor que atende hoje à esperança e ao bem-estar dos franceses.

Quanto a aqueles homens desanimados para quem toda reforma é impossível e que teimam em não ter esperanças na saúde da República, devemos dizer-lhes que tudo é possível para a vontade firme e constante de um príncipe fortemente dedicado ao restabelecimento da ordem e da felicidade dos seus súditos, sobretudo quando ele está rodeado de ministros esclarecidos, íntegros e virtuosos. Confiado a tais mãos, o Estado pode sem dúvida esperar que seja curado de suas doenças, que recupere suas forças, e volte a ter no tempo certo uma saúde vigorosa. “Só um mau médico”, diz Sêneca, “renuncia à esperança de curar os seus doentes.” Se é verdade que - assim como os indivíduos - os Estados não podem prometer a si mesmos uma felicidade inalterável, que eles possam ter pelo menos os momentos favoráveis que o destino queira dar-lhes.

Maquiavel, que nem sempre deu conselhos honestos aos soberanos, reconheceu no entanto ele mesmo que “todo príncipe e todo ministro que pretenda alcançar a imortalidade deve escolher como cenário da sua glória um Estado corrompido e caído em decadência, para ter a honra de ser o seu restaurador”.

Não é preciso nem mérito nem conhecimento para exercer o despotismo e destruir o Estado: basta a força da maldade. Mas para governar sabiamente um Estado corrompido, para banir a desordem e o vício, é necessário trabalhar longa e constantemente, é necessário esclarecimento e firmeza, virtudes que raramente se encontram nos príncipes.[2] Poucas leis são suficientes aos homens de bem, mas são necessárias leis severas e numerosas para os maldosos, que mesmo assim será difícil conter. É fácil fazer com que leis razoáveis sejam adotadas por um povo simples, livre das inclinações e dos vícios que vemos frequentemente estabelecidos nas nações civilizadas. Encontramos nelas uma multidão de cidadãos ignorantes, presunçosos ou perversos, que se acostumaram a ver os seus hábitos mais nocivos como coisas sagradas, os seus preconceitos como princípios seguros, suas opiniões falsas como preceitos infalíveis, seus interesses pessoais como os interesses da nação inteira, suas injustiças como direitos invioláveis; tais são os doentes tenazes que um soberano [3] corajoso e zeloso da sua glória deve tratar de curar, se quiser alcançar a imortalidade.

São evidentemente os vícios dos homens que provocam o despotismo e a tirania. É necessária uma autoridade de ferro para subjugar e conter os escravos sem razão e sem força moral nos quais só o medo pode impedir o excesso. Só os cidadãos honestos possuem bons reis. As nações corrompidas não podem ter mais que tiranos; elas não estão aptas nem para a liberdade - na qual não fariam mais que abusar e que em seguida a perderiam - nem para a prosperidade, sempre incompatível com a licenciosidade, a injustiça e os maus costumes.

De outro lado, todo soberano virtuoso tenta ser o guia, o pastor e o pai dos seus súditos, e teme merecer o nome de “déspota” ou “tirano”, o que o faria ser odiado pelo seu povo, objeto do terror público, e possuidor incerto de um poder detestável. Assim, sendo ele próprio bom e justo, poderá comandar homens que são semelhantes a ele, cidadãos razoáveis, sujeitos dóceis e verdadeiramente unidos.

Para alcançar esta meta igualmente desejável para as nações e seus líderes, o legislador, ajustando-se à fraqueza dos espíritos, se esforçará por esclarecê-los, instruí-los e levá-los suavemente à razão que eles ignoram. Às vezes, através de recompensas, ele fará com que eles sintam as vantagens das virtudes na vida social; em outras oportunidades, fazendo um

uso legítimo da sua autoridade, ele inspirará temores salutares naqueles que se mostram rebeldes diante das suas lições benéficas. O poder absoluto, do qual os príncipes malvados abusam com tanta frequência, se torna nas mãos de um soberano justo uma arma necessária para destruir os esforços e os complôs da iniquidade. A reforma de um estado viciado há muito tempo exige uma firmeza contínua e uma coragem intrépida, qualidades mais honrosas e mais raras do que aquele ardor fatal que leva alguém a buscar conquistas militares. Não há para um rei glória mais sólida do que a de reinar através de leis sábias sobre um povo virtuoso. É então que o poder do soberano e a felicidade dos súditos passam a estar situados sobre uma base que nada pode ameaçar.

Capítulo I **Da União da Moral com a Política**

O grande Sully [4] disse que *os bons costumes e as boas leis se constroem mutuamente*. Jamais a política pode se separar da moral, nem perdê-la de vista por um instante, sem causar perigo igualmente para os soberanos e os súditos. Seja qual for a forma de governo adotada pelas nações, aqueles que estão a cargo da autoridade pública ficam, por isso mesmo, obrigados a guiar as nações na direção da felicidade. Mas esta felicidade, incompatível com o vício ou a desordem, só pode ser encontrada na prática dos deveres da vida social, na observação constante das regras da justiça, e no respeito pela justiça. “A lei”, diz Cícero, “é a razão correta, que recomenda o que é honesto e proíbe o que não o é.”

Assim o legislador, em todas as suas decisões, e o soberano em seus editais e regulamentos, devem atuar apenas como órgãos da justiça, intérpretes fiéis dos oráculos da moral. Se, como todas as evidências demonstram, a divisão entre os interesses do soberano e os interesses dos súditos produz o divórcio fatal entre a política e a moral, a razão, guiada por uma experiência longa e constante, deverá cedo ou tarde reaproximá-los. Unidos então aos povos que eles governam, os líderes das nações engajarão os cidadãos fortemente na prática do que serve ao bem comum, segundo as suas possibilidades, ou os forçarão a isso.

Só a união tão desejável entre a política e a moral pode realizar a reforma dos costumes que uma filosofia destituída de poder tentaria inutilmente. Que poder têm de fato os conselhos estéreis da razão, sempre indesejáveis para os seres endurecidos, corrompidos e dissipados? Quais os efeitos das vãs exortações, contra os preconceitos enraizados, contra as paixões incendiadas, contra as inclinações funestas fortificadas pelo hábito? É preciso, diz um magistrado esclarecido, uma moral prática, promulgada por uma autoridade legítima; e esta moral deve ser fixada pela lei.

Aristóteles destacou muito tempo atrás que a moral não pode ser eficaz sem a ajuda das leis; que os discursos não são suficientes para reformar os costumes. “Os homens”, diz ele, “obedecem bem melhor à necessidade que às palavras, aos castigos que às alegações. Só a lei tem o poder de fazê-los obedecer. Sentem aversão pelo homem que contraria os seus sentimentos, mas não têm ódio da lei.” Segundo este filósofo, para reformar poderosamente os costumes, “é necessário que o legislador seja ele mesmo virtuoso e bem instruído nos deveres da moral, sem a qual nenhuma legislação pode ser razoável.” Em resumo: ele diz que “viver segundo a razão é viver segundo a lei”. [5]

Quando consideramos a má educação geralmente dada àqueles cujo nascimento os destina ao governo dos impérios, a lisonja que os intoxica, as ideias arrogantes com que são

envenenados, o ar viciado que se respira nas cortes, temos a tentação de pensar que é quase impossível ver a justiça e a bondade unidas ao poder supremo. Observando as paixões diversas em que se agitam as nações, os interesses que dividem a todo momento os seus chefes, as guerras atrozes e contínuas que eles fazem com tanta naturalidade, a pouca boa-fé que preside os seus tratados, poderíamos acreditar que a moral nada tem em comum com o bem do Estado, e até mesmo o prejudica diretamente.

Enfim, adotando este ponto de vista diante de uma massa de antigos erros, de tolices contagiosas, de paixões discordantes que separam os cidadãos, de vícios supostamente relacionados com o clima, se poderia imaginar que não pode haver intenção mais extravagante do que querer que os homens entendam a razão, a verdade, a moral, e que só isso pode torná-los felizes e sociáveis. Não é o clima, são as leis que definem os costumes. [6]

Iludidos por esta visão tão apropriada para desencorajar, muitas pessoas têm acreditado que as doenças das nações são totalmente incuráveis, que elas deviam ser abandonadas a seu destino deplorável, e que seria uma loucura, uma presunção, uma temeridade ter a intenção de curá-las. Com base nestas ideias considera-se com muita frequência os filósofos moralistas como verdadeiros declamadores, como entusiastas ridículos, como empíricos, e mesmo, com mais frequência ainda, como cidadãos perigosos cujos princípios perturbam inutilmente a sociedade acostumada há muito tempo a sofrer com os seus males sem murmúrios. Os reformadores políticos tratados de modo menos severo foram vistos como sonhadores honestos cujas ideias são reconhecidamente utopias quiméricas. Alguém já disse com razão que “os tolos recebem os conselhos dos sábios da mesma maneira que os sábios recebem os conselhos de um tolo”. [7]

A maneira pouco favorável com que as verdades mais úteis são recebidas em um mundo frívolo e perverso não deve, no entanto, desencorajar os cidadãos fortemente motivados pelo sentimento do bem público. “O tempo”, disse Sêneca, “é muito sábio porque revela tudo”. As verdades importantes para o homem não se perderão jamais; muitas vezes inúteis para as raças atuais, elas farão a felicidade das raças futuras. Onde estaria o futuro humano se, desautorizados e perseguidos pelos seus contemporâneos, os sábios não tivessem semeado para uma posteridade sempre mais justa e menos preconceituosa que os seus ancestrais, e que desfruta das vantagens que lhes foram tolamente negadas!

Os exemplos que o presente coloca diante dos nossos olhos não comprovam que não há necessidade de perder a esperança no gênero humano? Um príncipe amigo da justiça não pode transformar-se em pouco tempo no restaurador de um vasto império? [8]

A sabedoria e a justiça armadas com um grande poder são capazes de mudar em pouco tempo a face de um Estado. O poder absoluto é muito útil quando se propõe a aniquilar os abusos, abolir as injustiças, corrigir o vício, reformar os costumes. O despotismo seria o melhor dos governos se pudéssemos ter a certeza de que ele seria exercido sempre por um Tito, um Trajano, um [Marco Aurélio] Antonino, mas ele cai normalmente em mãos incapazes de usá-lo com sabedoria.

Animado por estas ideias regeneradoras, o cidadão que deseja o bem-estar da sua pátria deve ousar expor em público o fruto das suas reflexões. Que a razão não perca mais a esperança de ter a sua voz entendida pelos seres razoáveis. Que a moral, sempre suave e pacífica, não renuncie aos seus direitos junto aos seres sociáveis. A verdade, a justiça, a virtude, não podem jamais ser rejeitadas pelos homens, cuja vida social não poderia subsistir sem a ajuda delas.

A moral assusta apenas a tirania, que, segundo Aristóteles, *consiste em comandar, contra a vontade deles, os homens que ela consegue forçar à obediência*. O tirano desconfiado reina apenas pela força dos escravos, que ele tem grande interesse em dividir e corromper. Ele detesta a virtude, sempre contrária às suas fantasias criminosas. Ele afasta de si os cidadãos honestos e sábios, porque teme os seus olhares; eles têm armas demasiado nobres e o tirano não pode estar exposto à visão deles. Em resumo: o tirano gostaria de aniquilar toda justiça e qualquer regra porque ambas condenam a sua conduta insensata.

Não há antipatia mais intensa que aquela que separa a moral e a tirania. A virtude reúne os interesses dos homens, e a tirania busca apenas separá-los com o objetivo de destruí-los sucessivamente, e fazer com que se destruam uns aos outros. A virtude eleva os corações, a tirania os deprime. A virtude faz com que as nações prosperem, as torna felizes e poderosas, a tirania fica aflita diante da sua prosperidade e prefere vê-las frágeis e magras ao extremo. As boas leis são a segurança de um Estado, a tirania vê nelas apenas um obstáculo. A equidade, a concórdia, a boa vontade mútua, a atitude humana, a compaixão, os bons costumes enfim, que são os laços da vida social e particular, alarmam um governo fundado sobre a crueldade, sobre a depravação, sobre a ruína de tudo o que é bom.

Enquanto as virtudes e os bons costumes são incompatíveis com um mau governo, elas servem de fundamento para um governo que usa a razão. Seu soberano conhece os deveres que o ligam a seu povo, e que constituem as garantias da segurança recíproca. Ele expressa estima, ele encoraja, ele recompensa o mérito e os talentos, porque os considera necessários ao bem do Estado, úteis à sua própria glória, capazes de contribuir para a felicidade geral, da qual dependem o seu poder e o seu bem-estar pessoais. Ele se interessa pela concórdia, pelo bem dos indivíduos, das famílias e das instituições, porque, longe de temer a sua união, ele a vê como útil à sua própria paz e seu repouso. Ele tem prazer em desfrutar das virtudes de cada cidadão porque, como observa Aristóteles, as mesmas qualidades e virtudes que constituem o homem de bem devem constituir o bom cidadão. É no mesmo espírito que Pitágoras aconselha aqueles que estão encarregados da administração que *conduzam a sua casa do mesmo modo como se conduz o governo do Estado*.

Só um governo honesto, portanto, pode governar bons cidadãos. Um legislador esclarecido pela razão e pela equidade é o único capaz de obter cooperação para seus projetos políticos. É necessário que o soberano seja justo e bom, ele próprio, se quiser reinar sobre súditos virtuosos. “Os costumes do príncipe”, diz Claudiano [9], “são uma lição mais convincente e mais forte que todas as suas ordens e disposições”.

[Final do capítulo um de “Éthocratie”.]

NOTAS:

[1] “Éthocratie, ou le Gouvernement fondé sur la morale”, de Paul-Henri Thiry d’Holbach, Éditions Coda, Paris, 2008, 204 pp., ver pp. 04 a 14. A primeira edição da obra, feita anonimamente em Amsterdam em 1776, está disponível em nossos websites: [clique aqui](#) para vê-la. (CCA)

[2] Nos príncipes, isto é, nos políticos ou chefes de estado. (CCA)

[3] Soberano, ou seja, estadista. (CCA)

[4] Maximilien de Béthune Sully (1559-1641), estadista francês, conselheiro do rei Henri IV. (CCA)

[5] Veja Aristóteles. “Ética a Nicômaco”, livro X, Capítulo 9. (Barão de Holbach) [Nota do editor da edição de 2008 de “Éthocratie”: “O homem que exercita o seu intelecto e o cultiva parece estar ao mesmo tempo na mais perfeita disposição e ser o mais preferido dos deuses. Se, de fato, os deuses prestam alguma atenção aos assuntos humanos, como normalmente se pensa, será igualmente razoável pensar, de um lado, que eles exercem a sua generosidade em relação à parte do homem que é mais perfeita e apresenta maior afinidade com eles (e essa só poderia ser o intelecto), e, de outro lado, que eles recompensam amplamente os homens que valorizam e honram melhor esta parte do seu ser, ao verem que os homens cuidam das coisas que lhes são caras e se comportam de modo correto e nobre. Sem dúvida todas estas características são no mais alto grau um privilégio do sábio. Este é portanto o homem preferido dos deuses. E este mesmo homem é também verdadeiramente o mais feliz entre todos. Em consequência disso, também nesse aspecto o sábio terá a mais alta felicidade.”]

[6] Veja “Discours”, do sr. Guiton de Morveau, volume I, página 65. (Barão de Holbach) [Nota do editor da edição de 2008 de “Éthocratie”: “Trata-se sem dúvida do ‘Discurso Sobre os Costumes pronunciado na abertura das audiências do Parlamento de Bourgogne’, editado em 1770.”]

[7] Sabemos que as ideias - geralmente muito justas e úteis - do Sr. abade de St. Pierre foram durante muito tempo vistas como loucuras, e classificadas como sonhos de um homem de bem pelo cardeal Du Bois. (Barão de Holbach)

[8] Os primeiros momentos do reinado de Luís XVI, que hoje reina na França, parecem prometer a este reino, assolado por dois reinados muito longos e muito funestos, o retorno de uma felicidade totalmente inesperada. Não há felicidade mais merecida pela natureza francesa que o direito de ter um príncipe cheio de bondade, de justiça, de amor à paz, de desprezo pelo luxo, cercado de ministros esclarecidos e virtuosos. (Barão de Holbach)

[9] Claudiano (Claudius Claudianus) foi um poeta romano. Viveu 34 anos (370-404). (CCA)

000

Novos Textos em Nossos Websites

Este é o informe mensal dos websites associados.[1] Dia 11 de julho tínhamos 2239 itens em nosso acervo, dos quais 05 estavam em francês, 1086 em português, 1069 em inglês e 79 em espanhol.

Os seguintes itens - artigos e livros - foram publicados entre 13 de junho e 11 de julho de 2018:

(Títulos mais recentes acima)

1. **A Ioga do Trabalho Editorial** - *Carlos Cardoso Aveline*
2. **The Dweller on the Threshold** - *Robert Crosbie*
3. **El Nacimiento de la Responsabilidad** - *Carlos Cardoso Aveline*
4. **An Illustrated Travel in the Inner World - 05** - *The Editors*
5. **Éthocratie** - *Baron Holbach* [livro]

